



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

PROJETO DIAGNÓSTICO REGIONAL

População em Situação de Rua nos Municípios do
Aglomerado Urbano de Jundiaí

Dezembro

2016



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Proteção Social Especial – CAS

Diretora Técnica:

Tatiana Amendola Barbosa Lima Didion

Equipe Técnica Responsável:

Juliana Oliveira dos Santos

Luciana Bolognini Ferreira Machado

Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Campinas

Diretora Regional:

Elaine Aparecida Empke

Equipe Técnica Responsável:

Ana Cristina Obata

Jussara de Lima Dias

Rodrigo José Barbosa Ramos

Municípios do Aglomerado Urbano de Jundiaí

Jundiaí, Itupeva, Louveira, Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Jarinu e Várzea Paulista.

Gestores e Técnicos do SUAS



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Sumário

1. Introdução	4
2. Grupo de Trabalho Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí	4
3. Apresentação do Território	8
4. Diagnóstico Situacional População em situação de rua – Aglomerado Urbano de Jundiaí	12
4.1. BLOCO 1 - Oferta de Serviços Socioassistencial para pessoas em situação de rua. 13	
4.1.1. Serviço Especializado em Abordagem Social	13
4.1.2. Serviço Especializado para pessoas em situação de rua - Centro Pop.	13
4.1.3. Serviço Proteção e Atendimento Especializado para Famílias e Indivíduos	14
4.1.4. Serviços de Acolhimento Institucional	16
4.2. BLOCO 2 - Demanda por ofertas de serviços	20
4.3. BLOCO 3 - Identificação da Demanda	20
4.3.1. Perfil das pessoas em situação de rua nos municípios do Aglomerado Jundiaí	24
4.4. BLOCO 4 – Programa, projetos e ações intersetoriais	27
4.4.1. Inclusão das pessoas em situação de rua no CADÚnico	27
4.4.2. Intersetoriedade no atendimento as pessoas em situação de rua	29
4.4.3. Oferta de alimentação	30
4.4.4. Oferta de local para guarda de pertence	31
4.4.5. Oferta de passagens / transporte	31
4.5. BLOCO 5 - Qualificação da oferta socioassistencial	33
4.6. BLOCO 6 - Dificuldades Existentes Para A Realização Do Trabalho Com A População Em Situação De Rua	34
5. Situações identificadas após a leitura do diagnóstico	36
6. Sugestões para encaminhamento	36



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

1. Introdução

A temática da população em situação de rua envolve preconceitos e discriminação, esta população é vítima de violações de direitos por parte da sociedade e do próprio poder público. Caracterizada por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular (Brasil, 2009). São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. Percebemos nos relatos que são um grupo que não pertence a lugar nenhum, sendo expulso dos territórios.

Em 2015 os municípios pertencentes ao Aglomerado Urbano de Jundiaí informaram à Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Campinas (DRADS/Campinas), aumento significativo da população em situação de rua na região frente a carência de serviços socioassistenciais (Centro Pop, Casa de Passagem e Abrigos) para este público.

Diante desse cenário percebeu-se a necessidade de articulação regional para enfrentar as dificuldades apresentadas pelos municípios do aglomerado urbano. Compreendendo as demandas colocadas pelos municípios a DRADS/Campinas solicitou a contribuição da equipe técnica atuante na Proteção Social Especial da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS), afim de constituir um grupo de trabalho que possibilitasse a reflexão sobre a temática de forma a contribuir com a qualificação do atendimento a esta população.

2. Grupo de Trabalho Pop Rua - Aglomerado Urbano de Jundiaí

Em novembro de 2015 realizou-se reunião, na Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Jundiaí, com a participação de quatro municípios que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

compõem o Aglomerado e de uma representante do Ministério Público. Durante a reunião foi explanado sobre a Política Nacional de Inclusão para População em Situação de Rua (PNPR).

A proposta existente na Política Nacional é direcionada para um atendimento intersetorial à população em situação de rua, trabalhando assim o sujeito em situação de rua em sua totalidade, porém é possível notar que em diversos municípios existem dificuldades em executar este trabalho intersetorial, assim como foi relatado durante o encontro, o trabalho com a população em situação de rua muitas vezes é realizado apenas pela política de assistência social, com menor ou nenhuma participação de áreas como como saúde, habitação, trabalho e renda.

Os municípios participantes, por meio da política de assistência social, relataram as dificuldades enfrentadas com a falta de serviços de acolhimento institucional, ausência de equipamentos regionalizados e a necessidade de maior suporte por parte do estado para realização do atendimento a esse grupo tão vulnerável. Foi fato comum o relato sobre comunidades terapêuticas que atuam na região, estas recebem pessoas vindo de várias localidades e que ao deixarem as comunidades, sem nenhum tipo de apoio, chegam a este conjunto de municípios, tornando se fator de agravamento da situação.

Diante das dificuldades levantadas foi proposto a continuidade nas discussões no grupo formado pela equipe municipal, gestores e técnicos dos SUAS, SEDS (CAS/PSE e DRADS) e representante do Ministério Público Estadual.

Durante 2016 foram realizados 4 encontros com os municípios da região. Estes ocorreram bimestralmente.

No segundo encontro realizado no município de Campo Limpo Paulista, no mês de abril de 2016, foi apresentada a proposta de articulação regional sobre o atendimento das pessoas em situação de rua nos municípios, além disso foi apresentado um retrato da região com base nos dados do Censo SUAS e PMASWEB, e apresentação da proposta



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

do instrumental de coleta de informações para construção do diagnóstico socioterritorial dos municípios sobre a demanda da população em situação de rua.

Foram apresentados dados do PMASweb 2016. Conforme o quadro 1, dos sete municípios da região cinco informaram que a situação de rua está entre as dez situações de vulnerabilidade ou risco mais graves presentes em seu território, sendo que um dos que indicam a demanda de atendimento a população em situação de rua não oferta serviço. Os municípios de Cabreúva e Jarinu não identificaram a demanda.

Quadro 1

Municípios que Identificam a Situação de Rua como Vulnerabilidade e Risco Social Grave

Classificação	Município	Número de serviços existentes que atendem a esta demanda
8	Louveira	2
8	Várzea Paulista	6
9	Campo Limpo Paulista	0
10	Itupeva	1
10	Jundiaí	8

PMASweb 2016

No Plano Municipal de Assistência Social, os municípios classificam de 1 a 10 as situações identificadas como de vulnerabilidade ou risco grave



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Diante da apresentação dos dados do PMASweb/2016 os municípios revelaram que não representavam o real cenário no que se dizia respeito à previsão mensal de atendimento à população em situação de rua o que reforçou a importância da realização de um diagnóstico sobre a real demanda da população de rua atendida nos serviços da rede socioassistencial.

Como esta é uma população flutuante, de difícil fixação em um território, foi levantada a importância do estado implantar um sistema de cadastro, onde os municípios poderiam realizar o registro da população em situação de rua atendida, possibilitando assim, que os municípios ao receberem em seu território uma pessoa itinerante em situação de rua, possam ter um histórico de atendimento desta pessoa, para melhor definir estratégias de atendimento que contribuam para reconstrução de significados e sentido da trajetória de vida na rua destes indivíduos.

No terceiro encontro realizado no município de Louveira, no mês de junho de 2016, o município de Jundiaí apresentou para o grupo os serviços socioassistenciais para pessoas em situação de rua, metodologia de atendimento e informações da vigilância socioassistencial.

A apresentação possibilitou uma ampla discussão sobre a importância dos serviços de atendimento à população em situação de rua no território e a possibilidade de um trabalho contínuo, possibilitando à sua fixação no território, construindo o processo de saída das ruas na lógica do fortalecimento e reconstrução dos vínculos sociais, de pertencimento e a busca de sentidos para a sua existência.

No quarto encontro, realizado no município de Campo Limpo Paulista no mês de agosto de 2016, foi avaliado o instrumental para elaboração do diagnóstico regional para o atendimento as pessoas em situação de rua. O diagnóstico teve como objetivo fomentar uma reflexão acerca das ofertas existentes ou necessárias, de forma a verificar a existência de serviços socioassistenciais para população em situação de rua, identificação e perfil da demanda, necessidade de ampliação e qualificação da oferta de serviços, programas, projetos e ações intersetoriais.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

O instrumental foi encaminhado aos municípios para que estes pudessem avaliar se o conjunto de informações requeridas atendia as necessidades para o diagnóstico. O conteúdo foi validado no encontro de agosto e nos meses subsequentes houve o preenchimento por auto declaração.

No quinto encontro realizado no município de Jarinu no mês de outubro foi apresentado o resultado da coleta de informações como prévia do diagnóstico regional e propostas de ações para a região.

Neste encontro, que contou com a presença gestores e técnicos das gestões municipais do SUAS e da rede socioassistencial, incluindo uma comunidade terapêutica que foi mencionada desde o primeiro encontro como uma peça importante na dinâmica regional em relação as pessoas em situação de rua, tivemos a oportunidade de ouvir e colocar diferentes posicionamentos no enfrentamento da questão, notadamente sob as perspectivas da política de assistência social e das organizações sociais.

O sexto encontro (Dezembro/16) será o encerramento das atividades, com a entrega do relatório final com diagnóstico e ações necessárias.

3. Apresentação do Território.

Instituído pela Lei Complementar 1.146, de 24 de agosto de 2011, o Aglomerado Urbano de Jundiaí é formado pelos municípios de **Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiaí Louveira e Várzea Paulista**. Em sua maioria, os municípios que o compõem foram distritos ou bairros emancipados de Jundiaí.

A região teve seu desenvolvimento atrelado ao ciclo do café que levou à construção da ferrovia e a urbanização. A Estação Ferroviária de Jundiaí, denominada de São Paulo *Railway*, foi inaugurada em 1867 e ligava a cidade portuária de Santos a São Paulo e Jundiaí. Data também desta época a chegada dos imigrantes, a maioria italianos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Seguindo orientações de D. Pedro II, o então presidente da Província de São Paulo criou quatro núcleos coloniais, entre eles o “Núcleo Colonial Barão de Jundiaí”, em 1886. Estes deveriam estar em locais com fácil escoamento dos produtos do mercado, possuir terras férteis e boas para a pastagem, além de oferecer condições naturais para serem trabalhadas por meios mecânicos. O imigrante destinado ao Núcleo Colonial não passava pela Hospedagem do Imigrante na capital, e contava com passagem livre nas ferrovias e com abrigo no núcleo escolhido.

O Núcleo Colonial Barão de Jundiaí possuía intenso contato com a cidade, ampliando seus contatos comerciais com a capital e tinha disponibilidade de mão de obra considerável que era absorvida pelas ferrovias e indústrias de Jundiaí, como por exemplo, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

O processo de industrialização de Jundiaí acompanhou as vias de circulação. Com isso, as indústrias se concentravam nas regiões próximas à ferrovia e às margens do Rio Guapeva, atendendo principalmente os segmentos têxteis e cerâmicos. Nos anos 30 e 40, ocorreu novo impulso industrial e após a inauguração da Rodovia Anhanguera, em 1948, mais empresas procuraram a cidade, aproveitando também a abertura da economia ao capital estrangeiro em 1950.

O Complexo Viário que serve a este território, formado pela Rodovia Anhanguera, Bandeirantes e D. Pedro I, é dos mais importantes funcionando como agente de desenvolvimento econômico.

Graças a ligação das rodovias Anhanguera e Bandeirantes ao Rodoanel Mario Covas, Jundiaí está se firmando como um dos polos de logística e distribuição da Região Metropolitana de São Paulo, contando com seis zonas e dois distritos industriais com infraestrutura completa, além de incubadora de empresa envolvendo parceria entre Prefeitura, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

A região ainda é expressiva na produção agrícola, com parte de seus municípios compondo o circuito das frutas, sendo tradicionais as festas da uva, morango, figo, caqui e das comunidades alemãs e italianas sendo que Jarinu é apontado pelo Censo 2010 como o único município paulista onde a população rural cresceu mais que a urbana. Segundo melhor clima do mundo pela United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)¹, produz morangos, poncã, laranja, pêssego, ameixa, uva e vinho artesanal.

O maior IDH da região é do município de Jundiaí e o menor de Jarinu ocupando, respectivamente, as 11^a e 940^a posições no ranking nacional.

¹ Organismo integrado na Organização das Nações Unidas (ONU), criado, em 1946, a fim de promover a paz mundial, através da cultura, educação, comunicação, as ciências naturais e as ciências sociais.

Tabela 1 – Características dos Municípios da Aglomeração Urbano de Jundiaí

Município	Nível de gestão	Porte	Número de habitantes (Censo 2010)	Área (Km²)	Participação do PIB do município na composição do PIB estadual (%)	Famílias no Cadastro Único (Ref. Jul/15)	Famílias em extrema pobreza no CadÚnico (Ref. Jul/15)	IDHM
Cabreúva	Básica	Pequeno II	41.604	260,2	0,1	2.401	346	0,738
Campo Limpo Paulista	Básica	Médio	74.074	79,6	0,08	4.200	2.037	0,769.
Itupeva	Básica	Pequeno II	44.859		0,18	3.874	670	0,762
Jarinu	Básica	Pequeno II	23.847	207,6	0,03	2.066	829	0,733
Jundiaí	Básica	Grande	370.126	431,5	1,61	12.238	4.497	0,822
Louveira	Básica	Pequeno II	37.125	55,1	0,71	2.205	696	0,777
Várzea Paulista	Básica	Grande	107.089	34,8	0,13	6.350	3.325	0,759
TOTAL			698.724	1068,8	2,84	33.334	12.400	

Fonte: PMAS/15, PNUD, MDS, 2015.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

4. Diagnóstico Situacional População em situação de rua – Aglomerado Urbano de Jundiaí.

Participaram do levantamento de informações os 7 municípios que compõem o Aglomerado Jundiaí. O levantamento dos dados ocorreu no período do mês de maio a outubro de 2016, durante os encontros realizados neste período, gestores municipais, técnicos da rede socioassistencial juntamente com a equipe da SEDS e DRADS, discutiram os resultados levantados há cada mês, possibilitando a identificação de melhorias para elaboração do diagnóstico.

O formulário de levantamento de dados foi construído em 6 blocos:

- O primeiro bloco abordou as ofertas de serviços socioassistenciais existentes em cada município. Foram realizadas perguntas sobre os Serviços de Abordagem Social, Serviços Especializado para pessoas em situação de rua, Serviços de Acolhimento, Serviços de Proteção Especializada a Famílias e Indivíduos (PAEFI), e se no município existe ofertas de serviços não tipificados;
- No segundo bloco foi verificado com os municípios a percepção sobre a demanda de novos serviços para estabelecer uma rede de atendimento;
- O bloco 3 procurou identificar o tamanho da demanda e o perfil da população em situação de rua nestes municípios;
- O bloco 4 registrou a existência de Programas, Projetos e ações intersetoriais;
- O bloco 5 tratou da qualificação da oferta socioassistencial
- O bloco 6 registrou as dificuldades existentes para a realização do trabalho com a população em situação de rua.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

4.1. BLOCO 1 - Oferta de Serviços Socioassistencial para pessoas em situação de rua.

Todos os municípios do território possuem Centro Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e ofertam atendimento as pessoas em situação de rua. Apenas Jundiaí não realiza o atendimento da População em Situação de rua nos CREAS devido ter um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e ofertar o serviço Especializado para pessoas em situação de rua. Dos 6 municípios que realizam o atendimento em CREAS dois indicaram que não fazem por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI).

Dos 7 municípios apenas 3 ofertam serviços de Abordagem Social e apenas 1 tem Centro Pop (serviço especializado para população em situação de rua) em seu território.

4.1.1. Serviço Especializado em Abordagem Social

Apenas 3 municípios oferta o serviço de abordagem social (Cabreúva, Louveira e Jundiaí), sendo que um município oferta um serviço/equipe que esta referenciado ao CREAS, um município oferta dois serviços/equipe referenciado ao Centro Pop e outro município (Cabreúva) não ficou nítida a resposta, ficando dúvida sobre a oferta deste serviço no município.

4.1.2. Serviço Especializado para pessoas em situação de rua - Centro Pop.

Entre os 7 municípios do Aglomerado somente o município de Jundiaí oferta o Serviço Especializado para pessoas em situação de rua, no Centro Pop.

Dados da Oferta:

- A média mensal (primeiro semestre) de pessoas atendidas é de 338, somando um total de 618 atendimento mês
- O Centro Pop oferta dois projetos para a população em situação e rua:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Cine POP - oferta sessões de cinema com filmes previamente programados, com pipoca e discussão sobre o filme, duas vezes por semana para 20 pessoas.

Oficinas: Jardinagem – cultivo de plantas ornamentais e temperos em vasos;

Artesanato - Manufatura de objetos artesanais voltados para venda

As oficinas têm capacidade para 15 pessoas

O Centro Pop também oferta o serviço e abordagem social com duas equipes. Esta é a responsável por realizar a busca ativa no território, a equipe passa em pontos de concentração de pessoas em situação de rua e locais onde usuários costumam permanecer.

4.1.3. Serviço Proteção e Atendimento Especializado para Famílias e Indivíduos

Com já mencionado 6 municípios realizam o atendimento as pessoas em situação de rua no CREAS. Importante ressaltar que três municípios, mesmo indicando que o atendimento é feito no CREAS não relaciona este atendimento ao PAEFI.

Houve dois municípios que não informaram quantas pessoas são atendidas no CREAS, e o município de Jarinu é o que indicou maior demanda de atendimento. Ao verificarmos a demanda por atendimento alguns municípios chegam a atender 100% desta.

Tabela 2 – Demanda de Atendimento no PAEFI

Municípios	Nºatendidos	PSR	%
Campo Limpo Paulista	n/r	52	0
Várzea Paulista	10	50	20
Cabreúva	10	15	66,7
Louveira	20	20	100
Jarinu	85	85	100
Itupeva	n/r	90	0

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiá; 2016



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Todos os 6 CREAS atendem o público masculino, 4 CREAS atendem público feminino e 3 CREAS grupos familiares. Dos CREAS pesquisados dois atendem somente homens, 1 atende homens e mulheres e 3 atende homens, mulheres de grupos familiares.

Tabela 3 – Demanda de Atendimento CREAS

Quantidade de CREAS	Público atendido
6	Masculino
4	Feminino
3	Grupo familiar

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

Atividades realizadas por esses CREAS no atendimento as pessoas em situação de rua são:

- Atendimento com orientações e articulação com a rede para legitimidade de direito, efetuação de retirada de documentos, alimentação emergencial.
- Triagem, acolhimento, documentação, encaminhamento para abrigo, contato com a família de origem, encaminhamento para rede socioassistencial (saúde e educação);
- Os técnicos do CREAS realizam acolhida, acompanhamento especializado e articulação em rede - intersetorial – Saúde. Os que aceitam intervenção, inicialmente são ofertados o retorno para seu território de origem, pois, nossa maior demanda são trecheiros (em média 6 pessoas) onde previamente contactamos a família - objetivando construir um processo de saída das ruas e possibilitando outras situações futuras e acesso a documentação para possível inserção no CADÚNICO e possibilidade maior no mercado de trabalho;
- Solicitação de documentos, BPC, contato com a família, alimentação passagem;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

- Encaminhamento para a rodoviária para retirar passagem pela representante da Missão Belém, caso a pessoa esteja vindo de alguma das casas (MB). Quando não tem essa possibilidade fornecem passagem por meio de autorização de embarque. Se estiver sem documentação encaminham para realizar Boletim de Ocorrência na delegacia;
- Realização de encaminhamento conforme a demanda dos usuários, como por exemplo, orientações e encaminhamentos para documentação pessoal e inclusão no Cad Único.

Dos 6 CREAS que realizam atendimento as pessoas em situação de rua, 4 realizam busca ativa. E quando perguntado quem realiza esta ação temos:

- Equipe técnica do CREAS;
- Profissional CREAS;
- Técnico (média complexidade e serviço de abordagem);
- Assistente Social.

A ação de busca ativa ocorre:

- Quando existe denúncia ou situações emergenciais;
- Diante de denúncia - ouvidoria, população em geral - o CREAS realiza a abordagem;
- Com a circulação pelo território já mapeados ou em conformidade com demanda dos serviços bem como dos munícipes.

4.1.4. Serviços de Acolhimento Institucional

Os serviços de acolhimento foram divididos por tipo e modalidade. O serviço mais presente na oferta municipal é na modalidade de Abrigo Institucional.

Abrigo Institucional é ofertado em 4 municípios e somam 7 serviços. A capacidade de atendimento por unidade varia entre 10 e 20 vagas. Ao considerarmos todos os municípios são ofertadas 125 vagas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Serviço de Acolhimento em Casa de Passagem e República são ofertados apenas no município de Jundiaí com capacidade de 32 e 10 vagas respectivamente.

Ao analisarmos os dados sobre oferta de vaga em Acolhimento - abrigo institucional, casa de passagem e acolhimento em república verificamos que ao todo na região são ofertados, em 9 serviços, 167 vagas de acolhimento para uma demanda de 651 pessoas. Essa oferta de vagas/serviços atende apenas 25,7% da demanda, ou seja, considerando o número de vagas por pessoas temos uma taxa baixa na oferta de acolhimento.

Tabela 4 – Número de Vagas nos Serviços de Acolhimento

Número de vagas em serviços de acolhimento			
Vagas oferta por pessoa			
Municípios	Vagas²	PSR	Vagas por pessoas
Várzea Paulista	40	50	0,80
Louveira	15	20	0,75
Jundiaí	102	338	0,30
Itupeva	10	96	0,10
Campo Limpo Paulista	0	52	0,00
Cabreúva	0	10	0,00
Jarinu	0	85	0,00
Total	167	651	0,26

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

Essa taxa de acolhimento baixa ocorre principalmente por existir municípios que não ofertam nenhuma vaga, ou mesmo uma oferta bastante pequena frente a demanda do território.

² Acolhimento em Abrigos, Casa de Passagem e República



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Tabela 5 – Proporção de Vaga Acolhimento Institucional por PSR

Municípios	Atendimento da Demanda
Várzea Paulista	80%
Louveira	75%
Jundiaí	30,2%
Itupeva	10,4%

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

Importante registrar que Várzea Paulista e Louveira apresentam uma taxa de oferta de vagas em acolhimento bastante alta.

O município de Jarinu, Campo Limpo Paulista e Cabreúva não ofertam serviços de Acolhimento Institucional – abrigo, casa de passagem ou acolhimento em república.

Os serviços, em sua maioria, ofertam acolhimento direcionado ao público masculino.

Tabela 6 – Quantidade de Abrigos, Casa de Passagem e República por Público

Acolhimento em Abrigos, Casa de Passagem e República	
Público atendido	Número de serviços
Homens	7
Homens e Mulheres	4
Homens, mulheres e grupos familiares	2

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

De todos os serviços de acolhimento (7 abrigos institucionais, 1 casa de passagem e 1 república) apenas 4 serviços atendem público feminino e masculino e dois serviços atende grupos familiares.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Tabela 7 – Público Atendido Abrigos, Casas de Passagem e Repúblicas

Público atendido	Abrigo Institucional	Casa de Passagem	Repúblicas
Masculino	1	-	1
Masculino e feminino	2	-	-
Masculino, Feminino e Grupo Familiar	1	1	-

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

Os serviços que atendem público misto têm espaço diferenciado para acolhimento de mulheres e grupos familiares. Sendo que o serviço em república só atende homens, o serviço de casa de passagem atende homens, mulheres e grupo familiares. Entretanto nenhum dos serviços têm espaço diferenciado para homossexuais, travestis ou transexuais. Não foi registrado a existência de serviços exclusivo para mulheres, famílias e público LGBT.

Solicitamos informações de como ocorre o acesso aos serviços socioassistenciais para pessoas em situação de rua.

Tabela 8 – Forma de Acesso aos Serviços

Acesso aos serviços socioassistenciais	
Por procura espontânea	6
Busca ativa	4
Encaminhado	6
Rede socioassistencial	6
Guarda metropolitana	4
Saúde	6
Outros	1

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

4.2. BLOCO 2 - Demanda por ofertas de serviços

Apresentamos aqui a percepção que os municípios têm sobre a demanda de novos serviços para estabelecer uma rede de atendimento as pessoas em situação de rua.

Tabela 9 – Identificação Necessidade de Implantação de Serviços

Necessidade de implantação de novos serviços	
Tipo de Serviço	Municípios que indicaram a necessidade
Abordagem social	3
Centro Pop	2
Abrigo Institucional	1
Casa de Passagem	4
Acolhimento em República	1
Não respondeu	1

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

4.3. BLOCO 3 - Identificação da Demanda

Neste bloco foi possível identificar o tamanho da demanda e o perfil da população em situação de rua nestes municípios que compõem o Aglomerado Jundiaí. Todos os municípios informaram que realizam alguma pesquisa ou registro para definir o tamanho da demanda.

Tabela 10 – Forma de Identificação dos Dados

Fonte de dados	Municípios que utilizam essa fonte
Realiza pesquisa/censo para definir a demanda	3
Pelo número de pessoas atendidas no serviço	5
Pelo número de pessoas que procuram o serviço	5
Não define a demanda	0

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

3 municípios utilizam apenas uma fonte:

- 2 municípios recorrem ao número de pessoas atendidas no serviço
- 1 município define sua demanda pelo número de pessoas que procuram o serviço

2 municípios utilizam duas fontes de forma combinada

- Número de pessoas atendidas no serviço e número de pessoas que procuram o serviço
- Número de pessoas que procuram o serviço e realização de pesquisa / censo

Outros 2 municípios fazem uso de três fontes para definir a demanda

- Realiza pesquisa/censo, considera o número de pessoas atendidas no serviço e o número de pessoas que procuram o serviço.

Foi perguntado aos municípios quantas pessoas em situação de rua (PSR) aproximadamente existem no município e quantas destas estão de passagem/ são trecheiros/ itinerantes. Jundiaí é o maior município da região e também o que concentra maior número de pessoas em situação de rua. O número é referente a demanda média apresentada no primeiro semestre de 2016.

Tabela 11 – PSR Itinerante

Municípios	PSR	Itinerante
Jundiaí	338	215
Jarinu	85	80
Itupeva	96	79
Campo Limpo Paulista	52	40
Várzea Paulista	50	25
Louveira	20	11
Cabreúva	10	5

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

Entretanto ao observamos a quantidade de população em situação de rua e sua proporção em relação a população residente o município que apresenta maior demanda é Jarinu, seguido de Itupeva, Jundiaí, Campo Limpo, Várzea Paulista, Louveira e Cabreúva.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Tabela 12 – Proporção PSR Itinerante x PSR do Município

Município	População Residente	PSR	PSR em relação a população residente
Jarinu	23.847	85	0,36
Itupeva	44.859	96	0,21
Jundiaí	370.126	338	0,09
Campo Limpo Paulista	74.074	52	0,07
Várzea Paulista	107.089	50	0,05
Louveira	37.125	20	0,05
Cabreúva	41.604	10	0,04
Total	698.724	651	0,09

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

Praticamente em todos os municípios existem uma grande parcela das pessoas em situação de rua que são identificadas como “de passagem, itinerante, trecheiros”. O Município de Jarinu (94,1%) apresenta o maior índice, seguido por Itupeva (82,3%), Campo Limpo Paulista (76,9%), Jundiaí (63,6%), Louveira (55%), Várzea Paulista e Cabreúva (50%).

Considerando o conjunto de município que compõe o Aglomerado Urbano a população em situação de rua que está em circulação representa 69,9% total das pessoas em situação de rua nesta região do Estado.

Tabela 13 – Porcentagem Demanda PSR Itinerante

Municípios	PSR	itinerante	%
Jarinu	85	80	94,1
Itupeva	96	79	82,3
Campo Limpo Paulista	52	40	76,9
Jundiaí	338	215	63,6
Louveira	20	11	55,0
Várzea Paulista	50	25	50,0
Cabreúva	10	5	50,0
Total	651	455	69,9

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Todos os municípios indicaram que em seu território existem áreas de concentração de pessoas em situação de rua. O município que apresenta maior número de áreas com concentração de pessoas em situação de rua indicou 6 locais, mas há pelo menos 2 áreas em cada território.

Tabela 14 – Quantidade de Áreas no Município de Concentração PSR

Existência de áreas com PSR	
Municípios	quantidade
Cabreúva	6
Campo Limpo Paulista	3
Itupeva	4
Jarinu	2
Jundiaí	5
Louveira	2
Várzea Paulista	4

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

Ainda em relação a demanda existente nos municípios foi questionado se existe banco de dados com informações sobre as pessoas em situação de rua. Entre os municípios que compõem o Aglomerado 5 declaram existir banco de dados. Neste caso foi solicitado quais informações são registradas:

- As informações são referentes aos atendidos, porém não compõe um único banco de dados
- Nome local de origem, família
- Cadastro dos atendidos, problemáticas, demandas, encaminhamentos
- Data de nascimento; raça; etnia; naturalidade, profissionalização; tempo em situação de rua; tempo no município; documentação; dados habitacionais da família; situação processuais; se realiza tratamento médico; problemas de saúde, usos de álcool e drogas, passagem por abrigo/albergue; local da abordagem, contato com familiares onde dorme e faz alimentação.
- Dados de identificação, pessoas referenciadas por gênero e faixa etária, características específicas identificadas, cadastramento da pessoa no



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

CADÚnico, volume de atendimentos realizados, inclusões e desligamentos no serviço (com apontamento dos motivos), abordagens realizadas, concentração de pessoas em situação de rua por localidade, origem da demanda e indicação de demanda para outros serviços.

4.3.1. Perfil das pessoas em situação de rua nos municípios do Aglomerado Jundiá

Foi perguntado aos municípios sobre o perfil das pessoas em situação de rua em cada território. Procuramos identificar a quantidade total de pessoas em situação de rua, sexo, faixa etária e se entre esse público encontramos pessoas com deficiência, usuários de drogas e egressos do sistema prisional.

Importante ressaltar que os municípios tiveram dificuldade em apresentar essa informação, dos 7 municípios apenas 3 conseguiram quantificar a população de forma mais precisa.

Campo limpo Paulista não informou a quantidade de homens, Várzea Paulista indicou um número de homens muito superior ao indicado como população em situação de rua no, Cabreúva indicou apenas parte do declarado como o total de pessoas em situação de rua no município, e Itupeva indicou o número de homens e mulheres inferior ao total de pessoas em situação rua no município.

Se considerarmos o campo homens e mulheres teremos um total de 736 pessoas número superior ao declarado no campo 4 (quantas pessoas aproximadamente existem no município)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Tabela 15 – PSR por Gênero

Municípios	Qtd PSR	Mulheres	Homens
Campo Limpo Paulista	52	2	0
Várzea Paulista	50	7	202
Cabreúva	10	0	4
Louveira	20	1	19
Jundiaí	338	34	304
Jarinu	85	0	85
Itupeva	96	8	70
total	651	52	684

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

Devido a diferença nos números totais de pessoas em situação de rua torna difícil estimar a proporção de homens e mulheres em relação ao total de pessoas em situação de rua. Mas a presença masculina é muito superior que a feminina.

Mesmo com a diferença nos totais dos campos 4 e 7 podemos identificar que entre as pessoas em situação de rua existe uma pequena presença de grupos familiares formados por casais, ou por mulheres com filhos ou homens com filhos. Nenhum município indicou a presença de casais idosos no território.

Tabela 16 – Grupos Familiares

Grupos familiares				
Municípios	Casal	Mulher	Homem	Idosos
Campo Limpo Paulista	0	0	0	0
Várzea Paulista	2	0	0	0
Cabreúva	0	0	0	0
Louveira	0	0	0	0
Jundiaí	1	2	1	0
Jarinu	0	0	0	0
Itupeva	8	0	0	0

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Outro dado importante sobre o perfil da população em situação de rua é em relação a presença de pessoas em situação de rua egressas do sistema prisional, pessoas com deficiência ou com dependência de drogas.

Tabela 17 – Perfil Mulheres em Situação de Rua

Municípios	Mulheres	Egresso Sistema Prisional	Com deficiência	Com dependência de drogas
Campo Limpo Paulista	2	0	0	1
Várzea Paulista	7	0	0	0
Cabreúva	0	0	0	0
Louveira	1	0	0	1
Jundiaí	34	5	3	13
Jarinu	0	0	0	0
Itupeva	8	0	0	7
total	52	5	3	22

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

Tabela 18 – Perfil Homens em Situação de Rua

Municípios	Homens	Egresso Sistema Prisional	Com deficiência	Com dependência de drogas
Campo Limpo Paulista	N/R	1	0	1
Várzea Paulista	202	0	0	0
Cabreúva	4	0	0	10
Louveira	19	n/r	n/r	n/r
Jundiaí	304	41	22	121
Jarinu	85	0	0	80
Itupeva	70	9	0	37
total	684	51	22	249

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

Considerando as informações que qualifica a demanda é nítido a grande presença de pessoas com dependência de drogas, tanto em relação ao público feminino quanto o masculino. Entre o público masculino a presença de pessoas egressas do sistema prisional também é bastante significativa.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

4.4. BLOCO 4 – Programa, projetos e ações intersetoriais

4.4.1. Inclusão das pessoas em situação de rua no CADÚnico

Foi solicitado informações sobre a inclusão das pessoas em situação de rua no CADÚnico. Dos 7 municípios apenas um não realiza esta ação.

Tabela 19 – Municípios que Realização CADÚnico da PSR

Inclusão no CAD Único	
Sim	6
Não	1

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

Ao fazer uma observação sobre o número de pessoas em situação de rua no inseridas no CAD Único em relação ao número de pessoas em situação de rua no município podemos afirmar que a demanda apresentada de pessoas em situação de rua, em cada município, Louveira é o que mais inclui no cadastro. Jundiaí em número de cadastro é o maior, entretanto ao fazer a equivalência com o número de pessoas em situação de rua no município temos uma taxa de inclusão pequena, não chegando a 10% das pessoas em situação de rua existentes no território. Isso ocorre em outros municípios que, inclusive, apontam demanda menor que a Jundiaí e tem inclusão no CADÚnico mínima.

O município de Cabreúva informou que os técnicos do serviço orientam para a realização do cadastro, mas não há adesão por parte dos usuários.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Tabela 20 – PSR no CADÚnico Proporcional a PSR no Município

Município	PSR no CADÚnico	PSR no município	%
Louveira	4	20	20,0
Jundiaí	31	338	9,2
Campo Limpo Paulista	4	52	7,7
Itupeva	2	96	2,1
Várzea Paulista	1	50	2,0
Cabreúva	0	10	0,0
Jarinu	0	85	0,0
Total	42	651	6,5

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

Dos municípios que tem pessoas cadastradas somente em um município não há a participação no Programa de Transferência de Renda (PTR).

Tabela 21 – Cadastrados no CADÚnico que recebem PTR

Município	Quantidade de PSR no CAD Único	Quantidade de PSR que recebem PTR	%
Campo Limpo Paulista	4	4	100,0
Várzea Paulista	1	0	0,0
Louveira	4	4	100,0
Jundiaí	31	24	77,4
Itupeva	2	2	100,0

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

O município de Jundiaí é o que tem o maior número de pessoas cadastradas e que recebem Programa de Transferência de Renda, mas ao considerarmos o número de pessoas no CADÚNICO essa situação se inverte.

4.4.2. Intersetoriedade no atendimento as pessoas em situação de rua

O diálogo intersetorial é muito pequeno somente a Saúde foi indicada como área na qual os 6 municípios mantem alguma relação. A Política de Cultura foi citada uma vez, as políticas de Educação e Direitos Humanos/Cidadania foram citadas duas vezes. As Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Urbano / Habitação não forma mencionadas.

Tabela 22 – Intersetoriedade

Áreas da Intersetoriedade	
Saúde	6
Cultura	1
Educação	2
Segurança Alimentar e Nutricional	0
Direitos Humanos/ Cidadania	2
Desenvolvimento Urbano / Habitação	0

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

As atividades realizadas de forma intersetorial abrangem:

- Saúde - acompanhamento para uso de substâncias psicoativas e outras drogas - tratamento de saúde
- Saúde- atendimento na UBS e hospital leito psiquiátrico; cultura - oficinas culturais; educação - EJA; DH - documentação, palestras, orientação jurídica
- Articulação para atendimento de demandas pontuais
- Estamos ordenando fluxos e processos de atendimento. Teremos uma primeira reunião com a saúde no próximo mês.
- Encaminhamento e reuniões sistemáticas com técnicos e gestão da saúde mental, saúde geral; encaminhamento para educação de jovens e adultos,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

capacitações; encaminhamento para retirar 2º via de documento; encaminhamento para defensoria pública; encaminhamento para Posto de atendimento ao trabalhador, agências de empregos

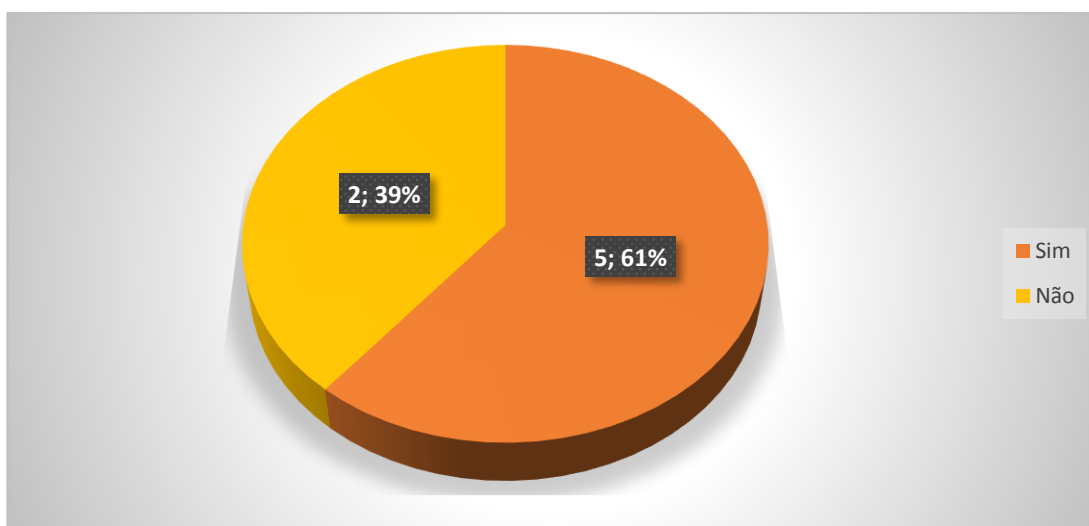
- Articulação para atendimento com saúde / tratamento

4.4.3. Oferta de alimentação

Dos municípios que ofertam alimentação para as pessoas em situação de rua 3 ofertam essa alimentação pelo poder público e pela sociedade civil, entretanto não é uma oferta organizada como parceria.

Um dos municípios oferta alimentação exclusivamente pelo poder público, por meio do CREAS. Essa alimentação ocorre em situações pontuais e na forma de lanche. Outro município tem essa oferta somente pela sociedade civil, por entidade religiosa.

Gráfico 2 - Oferta de alimentação



Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

Somente um município indicou que oferta banheiro público com chuveiros para as pessoas em situação de rua; esta oferta é uma parceria do poder público e sociedade civil. Importante ressaltar que o Centro Pop oferece serviço de higiene/banho.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

4.4.4. Oferta de local para guarda de pertence.

Em relação ao espaço para guarda de pertence somente dois municípios ofertam este serviço, sendo que um não indicou o local. A outra oferta ocorre pelo poder público, por meio do Centro Pop.

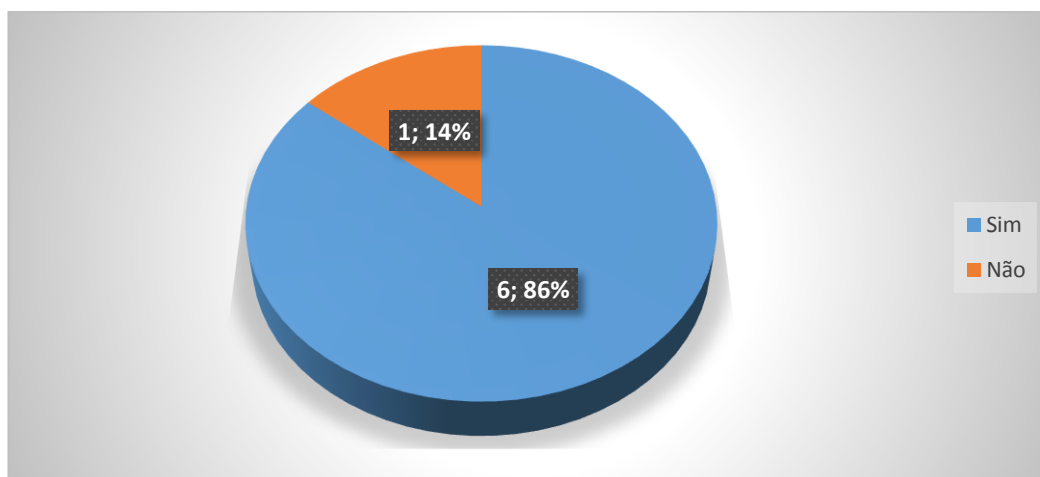
O critério para usos do guarda pertence são:

- Estar referenciado no CREAS, uma vez que na instituição que podem guardar
- Atendidos no Centro Pop guardam seus pertences por até 3 meses. Nas unidades de acolhimento os usuários deixam seus pertences na instituição enquanto são atendidos pelas mesmas.

4.4.5. Oferta de passagens / transporte.

Foi levantado com os municípios da região a concessão de passagens/ transporte para outros municípios quando solicitado pelas pessoas em situação de rua. As maiorias dos municípios fazem esta oferta.

Gráfico 3 - Oferta De Passagens/ Transporte Para Outros Municípios



Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

Para estabelecer o número de concessões de passagens foi considerado o primeiro semestre de 2016, e assim, neste período tivemos a concessão de 628 passagens no semestre. A média mensal fica entorno de 104 passagens.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Tabela 23 - Quantidade de Passagem Mensalmente³

Município	Média mensal de PSR “ itinerante, trecheiros e pessoas de passagem”	Passagens no semestre	Média mensal de passagens
Campo Limpo Paulista	40	300	50
Várzea Paulista	25	20	3,3
Cabreúva	5	50	8,3
Jundiaí	215	143	23,8
Jarinu	80	50	13,3
Itupeva	79	35	5,8
Total	444	598	104,7

Fonte: Diagnóstico Pop Rua Aglomerado Urbano de Jundiaí; 2016

O responsável por esta oferta é o poder público por meio de dos CREAS, Centro Pop ou mesmo órgão gestor. Somente no município de Jarinu que parte das passagens ofertadas são concedidas pela Sociedade Civil, pois neste município existe 3 unidades da “Missão Belém”. Alguns municípios apresentaram uma oferta de passagens muito maior o número médio de pessoas em situação de rua.

Os principais destinos são: **São Paulo**; Indaiatuba; Itu; Itatiba; Sorocaba; **Jundiaí**; Campinas e Ribeirão Preto, **Atibaia**. Ainda existem fornecimento de passagens para cidades do Nordeste e há municípios que ofertam transporte para todas as regiões do Brasil de acordo com a demanda.

Cidades com **São Paulo**, **Jundiaí** e **Atibaia** foram citadas por mais de um município.

Os critérios de concessão:

- Os casos são avaliados individualmente
- Audição social - apenas 1 concessão

³ O município de Louveira não oferta Passagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

- Contato com familiares, instituição no município destino; verificação de possibilidade de a família custear a passagem, caso não haja, se houver ônibus será fornecida a passagem
- Ter documento ou Boletim de Ocorrência. Não ter a passagem ofertada pela Missão Belém
- Cada situação deve ser olhada particularmente. Nos casos em que a pessoas não possui vínculos familiares no município, o técnico do CREAS (assistente social) estabelece contato com familiares ou com o CREAS da região, a fim de confirmar o local e se este realmente possui vínculos com a cidade destino/origem e somente com tal confirmação será liberada uma passagem, que será concedida apenas uma vez.
- Oferta de acordo com a demanda e critérios estabelecidos tais como: Fornecimento apenas uma vez para o usuário, porte de documentos, contato com local de destino para aceitação de recepção e possibilidade de custeio da passagem (Familiares, patrões, entidades assistenciais e de saúde e/ou Prefeituras, etc.), disponibilidade de transporte partindo de Jundiaí para o destino e, disponibilidade de recurso para custeio.

4.5. BLOCO 5 - Qualificação da oferta socioassistencial

Perguntamos aos municípios sobre a realização de formação para os trabalhadores dos serviços para População de rua. Somente dois municípios informaram ter realizado capacitação para os serviços que atende pessoas em situação de rua. Nestas capacitações foi abordado:

- Reorganização dos serviços de população em situação de rua; Sistema Único de Assistência Social e,
- Assessoria e formação e supervisão - estratégias protetivas para pessoas me situação de rua



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Três municípios afirmaram que existe necessidade de realizar capacitações, dois não responderam à questão e outros dois, informaram que não ser necessário. Entretanto esses dois municípios indicaram temas para a capacitação. Assim, ficou a dúvida se há ou não necessidade de capacitação para estes municípios.

Os temas sugeridos foram:

A questão da dependência química e problemas psiquiátricos, forma de realização de abordagem social

- A importância do acolhimento / vínculo; efeitos dos psicotrópicos; primeiros socorros, uso abusivo de substância de psicoativos; trabalho com família
- Trabalho com pessoas em situação de rua, Política Nacional, os direitos da pessoa em situação de rua
- Saúde mental, abordagem social, cadastro único e trabalho em rede
- PAEFI - como um todos e foco na população de rua

4.6. BLOCO 6 - Dificuldades Existentes Para a Realização Do Trabalho Com A População Em Situação De Rua

A principais dificuldades apresentadas pelos municípios foram:

• **Estrutura física e humana**

A falta de equipamentos específicos para a população de rua e programas voltados para o público

RH insuficiente e não capacitado; comunidade não aceita a demanda

Ausência de Capacitação – como lidar com a população de rua;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Limitação de RH – não existe ninguém no município que realize o atendimento especializado.

- **Preconceito existente**

A aceitação da sociedade e dos próprios profissionais das escolhas dos moradores de rua e como trabalhá-las

- **Ausência de ação intersetorial**

Trabalho em rede, saúde e PSR, dificuldade de integração com a saúde mental; papel do consultório na rua; abrigamento de pacientes com afecção mental pela Assistência Social, demanda crescente de atendimentos

Articulação com serviços tendo em vista as especificidades das demandas apresentadas pelas pessoas em situação de rua

Outra dificuldade é a questão da dependência química e não ter a secretaria de saúde trabalhando em conjunto

A presença da missão Belém no território com oferta de acolhimento e tratamento para pessoas advindas de São Paulo – Cracolândia. Quando estas pessoas desistem do 'tratamento' se dirigem ao centro urbano na busca de passagens para retorno para São Paulo;

- **Pouca aderência aos serviços ofertados**

Nas abordagens são reforçadas aos indivíduos o comparecimento na dependência do CREAS para a realização de atendimento individualizado (orientação, encaminhamento entre outros), porém os indivíduos não comparecem no CREAS, nos impossibilitando de dar continuidade ao atendimento direcionado para o desenvolvimento de sociabilidade na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e /ou familiares, direcionamento para documento e benefícios, inserção no mercado de trabalho.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

5. Situações identificadas após a leitura do diagnóstico

Necessidade de implantação de serviço / ampliação da rede

Necessidade de ampliação da articulação e qualificação das ações intersetoriais

Formatação de um banco de dados com informação unificada para os 7 municípios.

Necessidade de capacitações sobre a temática pessoas em situação de rua:

- Metodologia de atendimento
- CADÚnico
- Direitos das pessoas em situação de rua

Articulação com Sistema de Garantia de Direitos para a situação da Missão Belém presente no território de Jarinu

Estabelecer uma política para as pessoas em deslocamento (itinerantes/ trecheiros)

- Necessidade de protocolo regional
- Discussão sobre pessoas em Situação e Rua e itinerantes
- Oferta de Acolhimento institucional
- Oferta de passagens – padronização de critérios de concessão
- Identificação do fluxo – De onde vem/ para onde vai
- Possibilidade de fixação no território

6. Sugestões para encaminhamento

Os resultados apresentados sobre o diagnóstico da população em situação de rua no Aglomerado de Jundiaí, nos possibilitou identificar as dificuldades que os municípios enfrentam para que possa oferecer um atendimento de qualidade e efetividade a este segmento social.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Coordenadoria de Ação Social
Proteção Social Especial
Diretoria Regional Campinas

Verificamos que a falta de serviços adequados para esta população acaba contribuindo com o tempo de permanência destas pessoas em situação de vulnerabilidade extrema e expostos as sofrerem diversas formas de violação de direitos. Os municípios acabam fazendo um atendimento pontual, pela falta de recursos, dificultando o desenvolvimento de um trabalho que preconize a autonomia destes indivíduos.

Com isto, é importante a continuidade do grupo de discussão para a construção de ações integradas entre os municípios que compõem o aglomerado com o apoio da Gestão Estadual com o objetivo de planejar a implantação de novos serviços, capacitação sobre o tema, articulação intersetorial, criação de banco de dados, protocolo regional de atendimento, entre outras ações.